



Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII da Lei nº. 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente **Termo de Referência** tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a formação de **Registros de Preços para futura aquisição** de Ultrassom Portátil para atender a Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Vilhena e aquisição de Toner para a Central de Regulação Material de Consumo. O rito processual da presente aquisição deverá seguir integralmente o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas. O Sistema de Registro de Preços será adotado por se tratar de objeto cuja contratação poderá ocorrer de forma futura, eventual e conforme demanda, permitindo entregas parceladas e melhor planejamento administrativo, garantindo economicidade, eficiência e padronização dos procedimentos.

1.2. O **Pregão Eletrônico pelo critério Menor Preço Por Item**, será o procedimento licitatório adotado pela possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos, maior transparência e rapidez, conforme **Lei nº 14.133/2021**, e decreto nº 59.677/23.

1.3. A opção pelo Sistema de Registro de Preços encontra embasamento no Art. 63, Incisos I e II do Decreto Municipal nº59.677/23 que traz:

“Art. 63 O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - Quando for conveniente a





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.”

1.4. O objeto é classificado em bens e serviços comuns por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e termo de referencia, por meio de especificações usuais de mercado e executado por empresas variadas, sem diferenciação técnica complexa.

1.5. A pesquisa de preços do ultrassom portátil foi realizada por meio de cotações na internet e junto a fornecedores especializados, tendo em vista que o ultrassom portátil é um equipamento novo no mercado, ainda sem registros de contratações públicas suficientes em bases oficiais como o Painel de Preços, PNCP ou Compras.gov. A inexistência de parâmetros públicos inviabiliza a utilização dessas bases como referência, razão pela qual se adotaram fontes privadas idôneas, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a formação de preço estimado compatível com o mercado e juridicamente justificado.

2. ORGÃO SOLICITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea j, Art. 92, Inciso VIII da Lei nº. 14.133/2021):

3.1 A pretensa aquisição visa equipar as Unidades Básicas de Saúde da Atenção Básica de Vilhena.

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 14001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 14.001.10 - SAÚDE





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



Sub função: 14.001.10.302 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Programa: 14.001.10.302.0071 – FAZENDO SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/atividade: 14.001.10.302.0071.2271- CENTRAL DE REGULAÇÃO

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 14001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 14.001.10 - SAÚDE

Sub função: 14.001.10.301 - ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 14.001.10.301.0071 – FAZENDO SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/atividade: 14.001.10.301.0071.2113 - MANUTENÇÃO DAS
ATIVIDADES DA SAÚDE BÁSICA

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL
PERMANENTE

Outras Fontes de recursos poderão ser usadas para atender a demanda da
Semus.

A estimativa de valor totaliza o montante de R\$ 233.557,32 (Duzentos trinta e
três quinhentos e cinqüenta e sete mil reais e trinta e dois centavos). Sendo
228.908,82 duzentos e vinte oito novecentos e oito mil reais e oitenta e dois
centavos estimado para Ultrasson da Atenção básica e R\$4.648,50 quatro mil
seiscentos quarenta e oito reais e cinqüenta centavos para Tonner da Central
de Regulação.

4. OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea a, Art. 92, Inciso I da Lei nº. 14.133/2021):

4.1. A aquisição tem como objetivo Alinhamento com as Diretrizes da Atenção
Básica e Central de Regulação com melhora na infraestrutura e modernização
dos atendimentos ofertados. Com o Registro de Preço para contratação de
empresa para futura e eventual aquisição de **MATERIAL PERMANENTE
ULTRASON PORTATIL E MATERIAL DE CONSUMO TONNER.**





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



4.2. O Lote 02 será destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 E DECRETO 65.299, por tratar-se de itens com valor estimado inferior ao limite legal.

4.3. Pelo histórico das nossas licitações, pode-se verificar que os lotes exclusivos destinados as ME/EPP/MEI (itens inferiores a R\$ 80.000,00) e os com reserva de cotas (25%), costumeiramente não recebem propostas e são considerados desertos, causando atrasos nas aquisições, prejuízos à administração e demoras no atendimento à população.

4.4. Portanto, visando a ampliação da concorrência e ao princípio da eficiência recomendo que a licitação seja realizada através da modalidade Pregão na sua forma Eletrônica e a participação se dê da seguinte forma:

4.4.1 Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada.

4.4.2 Se após observar o procedimento disposto no subitem anterior, o item com reserva ainda resultar deserto ou fracassado, este poderá ser repetido para ampla concorrência. De igual forma, se o item destinado à participação exclusiva das ME/EPP resultar deserto ou fracassado, poderá ser repetido sem a referida exclusividade de participação.

4.4.3 Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado para ambas as cotas o menor dos preços obtidos na fase de lances.

4.5. A descrição pormenorizada do objeto:

ITEM	LOTE	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



1291 18	1	AMPLA	Ultrassom portátil,sistema de ultrassonografia profissional nos seus dispositivos ,conexão sem fio,compativo com IOS e Android,estojo protetor e carregador portátil,design a prova de água e poeira,totalmente imersível para desinfecção de alto nível,vários modos de exame: modo b, modo m, Collor Doppler, Power Doppler e Doppler pulsado. Presents dedicados : cardiologia, abdômen, pulmões, TCI, etc. Smart bladder: Cálculo automático com volume da bexiga. PW auto cal: traça e mede automaticamente os aspectros de Doppler pulsado, auto EF calculo automático da fração da fração de ejeção; transdutores : 3p (phased), e 5m (linear). Bateria MaH com bateria reserva e carregador. Garantia obrigatória por lei e fabricante.	Uni	11	16.350,63	179.856,93
1291 18	2	COTA	Ultrassom portátil,sistema de ultrassonografia profissional nos seus dispositivos ,conexão sem fio,compativo com IOS e Android,estojo protetor e carregador portátil,design a prova de água e poeira,totalmente imersível para desinfecção de alto nível,vários modos de exame: modo b, modo m, Collor Doppler, Power Doppler e Doppler pulsado. Presents dedicados : cardiologia, abdômen,	Uni	3	16.350,63	49.051,89

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxi.elotech.com.br/pr/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 3e0e78df-719f-4c11-a542-65e90534a44e - Página 5/30



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945



			pulmões, TCI, etc. Smart bladder: Cálculo automático com volume da bexiga. PW auto cal: traça e mede automaticamente os aspectos de Doppler pulsado, auto EF calculo automático da fração da fração de ejeção; transdutores : 3p (phased), e 5m (linear). Bateria MaH com bateria reserva e carregador. Garantia obrigatória por lei e fabricante.				
1219 31	3	EXCLUSIVO	Cartucho de Toner Modelo Multifuncional Elgin M6550NW Pantum, Laser, Monocromática, Wi-Fi, USB 2.0 Preto	Uni	30	154,95	4.648,50

5. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei nº. 14.133/2021):

5.1 A aquisição de um **ultrassom portátil** é essencial para fortalecer a resolutividade da Atenção Básica, qualificando o cuidado ofertado à população e ampliando a capacidade diagnóstica das equipes de saúde. Trata-se de um equipamento fundamental para apoiar a avaliação clínica em tempo oportuno, permitindo decisões mais seguras, redução de encaminhamentos desnecessários e melhor acompanhamento dos pacientes.

5.1.1 O ultrassom portátil possibilitará: Diagnóstico imediato no ponto de cuidado, contribuindo para detecção precoce de agravos e definição adequada de condutas. Maior resolutividade das equipes de Saúde da Família, reduzindo a dependência de serviços especializados e otimizando a rede assistencial. Rapidez no atendimento, evitando deslocamentos dos pacientes para exames externos, especialmente em áreas rurais e comunidades mais distantes.





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



5.1.2 Melhor acompanhamento da saúde da mulher, incluindo verificação de condições ginecológicas, confirmação de gestação, avaliação de queixas e apoio a procedimentos como inserção de DIU. Custo-benefício favorável, considerando que o equipamento portátil tem manutenção reduzida, mobilidade e múltiplas aplicações clínicas. Humanização do atendimento, uma vez que o exame pode ser realizado no próprio consultório, oferecendo conforto e segurança ao paciente. Apoio às ações de prevenção e cuidado contínuo, alinhado às diretrizes da Atenção Primária à Saúde e às políticas de promoção da saúde.

5.2. A aquisição de toner para impressoras da Regulação justifica-se pela necessidade contínua de garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Central de Regulação, setor estratégico responsável pelo gerenciamento de fluxos assistenciais, agendamento de consultas, exames, internações, encaminhamentos e controle de vagas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

5.2.1 O toner constitui insumo essencial ao funcionamento dos equipamentos de impressão utilizados na emissão de guias, autorizações, relatórios, formulários, protocolos, documentos de referência e contrarreferência, bem como registros administrativos indispensáveis à organização e rastreabilidade dos atendimentos.

5.2.2 A ausência desse material compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos, ocasionando atrasos nos processos regulatórios, prejuízos à gestão da informação, desorganização dos fluxos assistenciais e impactos negativos na prestação do atendimento à população.

5.2.3 Assim, a aquisição de toner mostra-se imprescindível para assegurar a regularidade, eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Central de Regulação, contribuindo para a efetividade da gestão do SUS e para a garantia do direito constitucional à saúde.





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



6. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 40 da Lei nº. 14.133/2021):

6.1. A estimativa do consumo baseia-se no solicitado por meio DFD, memorando o Gep e histórico de consumo anexo aos autos.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea i da Lei 14.133/2021):

7.1. A estimativa de valor totaliza o montante de R\$ 233.557,32 (Duzentos trinta e três quinhentos e cinquenta e sete mil reais e trinta e dois centavos). Sendo 228.908,82 duzentos e vinte oito novecentos e oito mil reais e oitenta e dois centavos estimado para Ultrasson da Atenção básica e R\$4.648,50 quatro mil seiscentos quarenta e oito reais e cinquenta centavos para Tonner da Central de Regulação.

8. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea e; Art. 40 §1º Inciso II e Art. 92 Inciso VII da Lei nº. 14.133/21):

8.1. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições de uso e aproveitamento no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, sito à Av. Antônio Quintino Gomes, nº 3695, Bairro Jardim América, em horário de expediente (07:30 h às 13:30) de segunda a sexta, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. 002/2015/CGM, após a Emissão da Nota de Empenho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.2 Após a conferência por parte da Comissão de Recebimento do Almoxarifado Central, será emitida o termo de recebimento definitivo prazo de 7 dias para recebimento definitivo.

8.3 Todo e qualquer ônus decorrente da aquisição, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.4 Caso seja constatada qualquer incompatibilidade, o material entregue deverá ser substituído, às expensas da contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, não sendo esse período considerado como prorrogação do prazo de entrega. O procedimento de verificação de





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



compatibilidade também será aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição. Somente após o cumprimento dessa etapa o objeto será definitivamente recebido e aceito.

8.5 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada de sanar quaisquer irregularidades que venham a ser identificadas posteriormente, permanecendo a obrigação de corrigir, reparar ou substituir o objeto sempre que necessário.

9. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 92 Inciso V e Capítulo X – Dos Pagamentos da Lei nº. 14.133/21):

9.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega com apresentação de toda a documentação referente a adimplência tributária e reconhecimento de encargos previsto nas legislações vigentes, nota fiscal devidamente certificada pelo Almocharifado e liberação da auditoria interna.

9.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do **objeto**, conforme nota de empenho, constar os dados bancários, estarem em nome do CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT.

9.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

9.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

9.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do **objeto**, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

9.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



9.7. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.8. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

b) Se o **objeto** entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

9.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\%/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.9.1. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

9.10. Para fazer jus ao pagamento a empresa deverá manter todas as condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68 da Lei nº. 14.133/21**, além do contrato (se houver) devidamente assinado e publicado.

9.11. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

9.12. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (**Art. 145 da Lei nº. 14.133/21**).

10. DO CONTRATO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea f; e Título III – Contratos Administrativos da Lei nº. 14.133/2021):

10.1. O Contrato não é obrigatório na contratação ora referido conforme o inciso II do artigo 95 da lei federal nº 14.133 de 2021. Entretanto opta-se pela formalização do contrato.

10.2. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput**).

10.3. O CONTRATADO será obrigado substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o **objeto** do contrato ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119**).

10.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120**).

10.5. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput**).

10.6. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º**).

10.5 – DO REAJUSTE CONTRATUAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



10.5.1 O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021; 1.2 Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

10.5.2 O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

11. DA GARANTIA (Art. 40 §1º Inciso III; Art. 92 Incisos XII e XIII da Lei nº. 14.133/2021):

11.1. A fornecedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta Administração, até o efetivo atendimento da referida proposta.

11.2. Todo **objeto** que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído a partir da data da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, Inciso XIV da Lei nº. 14.133/2021):

12.1. Fornecer os Ultrasons e tonner conforme especificações e preços de acordo o processo licitatório.

12.2. Entregar o **objeto** estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.

12.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do **objeto**, inclusive frete.

12.4. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da dispensa da licitação.

12.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do **objeto** da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **Art. 124 Inciso II Alínea d da Lei nº 14.133/2021**.





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



12.6. Garantir a qualidade dos Ultrasons e Toner portáteis entregues, bem como substituir qualquer **objeto** que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste **Termo**.

12.7. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (**Art. 92, Inciso XVI da Lei nº. 14.133/21**).

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, Inciso XIV da Lei nº. 14.133/2021):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência** e edital.

13.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o **objeto** dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

13.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao material solicitado.

13.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

13.5. Conferir o **objeto** recebido e as notas fiscais se ambos estão de acordo com a nota de empenho.

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

13.7. Fiscalizar a entrega do **objeto** podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

13.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

13.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

13.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



13.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art.18 §1º Inciso III da Lei 14.133/21):

14.1 O rito processual da presente aquisição deverá seguir integralmente o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas. O Sistema de Registro de Preços será adotado por se tratar de objeto cuja contratação poderá ocorrer de forma futura, eventual e conforme demanda, permitindo entregas parceladas e melhor planejamento administrativo, garantindo economicidade, eficiência e padronização dos procedimentos.

14.2. Ultrassom portátil, sistema de ultrassonografia profissional nos seus dispositivos, conexão sem fio, compatível com IOS e Android, estojo protetor e carregador portátil, design à prova de água e poeira, totalmente imersível para desinfecção de alto nível, vários modos de exame: modo b, modo m, Collor Doppler, Power Doppler e Doppler pulsado. Presents dedicados: cardiologia, abdômen, pulmões, TCI, etc. Smart bladder: Cálculo automático com volume da bexiga. PW auto cal: traça e mede automaticamente os aspectos de Doppler pulsado, auto EF cálculo automático da fração de ejeção; transdutores: 3p (phased), e 5m (linear). Com bateria reserva e carregador. Garantia obrigatória por lei e fabricante.

14.3. E aquisição Cartucho de Toner Modelo Multifuncional Elgin M6550NW Pantum, Laser, Monocromática, Wi-Fi, USB 2.0 Preto.

15. DAS VANTAGENS ECONÔMICAS E OPERACIONAIS





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



15.1. A contratação de ultrassom portátil e aquisição de Toner por meio do Sistema de Registro de Preços oferece importantes vantagens à Administração Pública. O SRP permite maior economicidade, decorrente da ampliação da competitividade e da obtenção de preços mais vantajosos no Pregão Eletrônico. Garante também flexibilidade e agilidade, pois as aquisições podem ocorrer conforme a necessidade da Atenção Básica, sem a obrigatoriedade de compra imediata. Proporciona melhor planejamento orçamentário, reduz custos administrativos ao evitar repetidas licitações e assegura padronização dos equipamentos, facilitando treinamentos e uniformizando o atendimento. Além disso, diminui o risco de desabastecimento e fortalece a segurança jurídica e a transparência dos processos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

16. DA CAPACIDADE TÉCNICA, PARA O CUMPRIMENTO DA AQUISIÇÃO POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO.

16.1. Para a comprovação da capacidade técnica, da futura contratada, será exigida a apresentação de documentos que atestem a sua aptidão para a execução do objeto da contratação, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei 14.133/2021, bem como com as especificações constantes no Termo de Referência.

16.2. A contratada deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios:

Capacidade Técnica: Atestados de desempenho técnico, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços ou fornecimento de bens semelhantes ao objeto desta contratação, conforme previsto no artigo 67, §1º, da Lei 14.133/2021.

O fornecedor deverá comprovar capacidade técnica por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) fornecimento anterior de materiais e equipamentos de natureza compatível com o objeto, em características, quantidades e





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



complexidade compatíveis, bem como estrutura logística, técnica e operacional adequada, assegurando qualidade, regularidade no fornecimento, garantia, suporte técnico e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

16.3. A documentação mencionada deverá ser apresentada no momento da habilitação, sendo condição essencial para a participação e posterior celebração do contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

17. PENALIDADES (Art. 92 Inciso XIV; Arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021):

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156 Lei nº 14.133/2021**):

a) Advertência;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 17.1 deste **Instrumento**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §4º da Lei nº. 14.133/21**);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 17.1 deste **Instrumento**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §5º da Lei nº. 14.133/21**);

d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156, §3º; Art. 162 da Lei nº. 14.133/21**);

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156, §3º, Art. 162, Parágrafo Único da Lei nº. 14.133/21**).

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156, §1º da Lei nº.14.133/21**):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

17.4. A sanção prevista na **Alínea a do item 17.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na **Alínea a**





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



do item 17.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156, §2º da Lei nº. 14.133/21**).

17.5. A sanção estabelecida na **Alínea c do item 17.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral (**Art. 156, §6º da Lei nº. 14.133/21**).

17.6. As sanções previstas nas **alíneas "a", "b" e "c" do subitem 17.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas "d" e "e" do mesmo subitem 17.2 deste Instrumento** (**Art. 156, §7º da Lei nº. 14.133/21**).

17.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

17.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (**Art. 156, §8º da Lei nº. 14.133/21**).

17.9. Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas "d" e "e" do item 17.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157 da Lei nº. 14.133/21**).

17.10. A aplicação das sanções previstas no **item 17.2 deste Instrumento** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**Art. 156, §9º da Lei nº. 14.133/21**).

17.11. A aplicação das sanções previstas nas **Alíneas "b" e "c" do item 17.2 deste Instrumento** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158 e seus parágrafos da Lei nº. 14.133/2021**).

18.DAS RETENÇÕES





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



VILHENA
PREFEITURA MUNICIPAL



18.1O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

18.2As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

18.3As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.

19.DOS DOCUMENTOS COMPROVATÓRIOS DA REGULARIDADE JURÍDICA, FINANCEIRA, FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA DA FORNECEDORA

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

19.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

19.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

19.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021).

Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;

e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

19.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

a) Cartão de CNPJ;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21).

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21);

g) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

19.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

19.4.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021).

20. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso 14.133/2021):

20.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no Item 1.2 deste Termo de Referência, e a proposta vencedora será a de Menor Preço, conforme citado no item 1.3 deste Termo de Referência.

20.2. A proposta, que compreende a descrição do produto ofertado e preço unitário (por unidade), total (unidade x valor unitário), que deverá ser compatível com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

20.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Termo e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Capítulo X Seção V e seus artigos da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal nº 59.677/23).

Órgão Gerenciador:

Prefeitura Municipal de Vilhena/Controladoria de Licitação - CL. Compete ao órgão Gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP e ainda (Art. 66 do Decreto Municipal nº 59.677/23): Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes; Gerenciar a Ata de Registro de Preços; Autorizar os pedidos de liberação realizados pelos órgãos participantes; Controlar o quantitativo da Ata para futuras adesões; Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



entidades não participantes, a figura do “carona”, o qual é “outro” órgão que não fez a manifestação da intenção de participar no prazo da lei. A “carona” será autorizada quando houver justificativa plausível e o aceite do órgão gerenciador e do fornecedor (Art. 86, §2º da Lei nº 14.133/21); Controlar o “carona”, que deverá contratar máximo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes conforme rege o Art. 87, § 1º do Decreto Municipal nº59.677/23; Conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados; Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); Cancelar a Ata nas hipóteses da lei.

Órgão Participante:

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde. Compete ao órgão ou à entidade participante: Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados; Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

Da Assinatura da ARP (Art. 66, VI do Decreto Municipal nº59.677/23): Após os

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



procedimentos licitatórios e sua adjudicação, os licitantes mais bem classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, tendo estes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura, sob a pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas. O prazo de convocação licitante poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que: A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e A justificativa apresentada seja aceita por esta Administração. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitarem a contratação nos termos do disposto no item 11, a CONTRATANTE, observados o valor estimado, poderá: Convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição. Durante o prazo de validade da Ata, a Secretaria Municipal de Saúde não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio o objeto desta licitação, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 74 do Decreto Municipal nº59.677/23).

Da Vigência da Ata de Registro de Preços (Art. 72 da Lei nº59.677/21). O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 (Art. 86 Decreto Municipal 59.677/2023). Do acréscimo de quantitativos da ARP (Art. 72, § 8º do Decreto Municipal nº59.677/23): Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços. Da Alteração ou atualização dos preços registrados (Art. 75 do Decreto Municipal





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



nº59.677/2023). Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do Art. 75 do Decreto Municipal nº59.677/2023; Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/21. Da negociação de Preços Registrados (Art. 76 do Decreto Municipal nº59.677/23): Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado. Caso não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas. Na hipótese de incompatibilidade do produto entregue, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado. Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços, nos termos e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa. Na hipótese de redução do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



(Art. 77 do Decreto Municipal nº59.677/23):O fornecedor comprove a devida alteração de valor demonstrando seus custos no intervalo entre a apresentação de sua proposta e o reajuste atual;Deverá ser aplicado no preço final reajustado o desconto concedido entre a primeira oferta realizada pelo licitante no pregão ao valor final adjudicado;A repactuação de preços se dará mediante solicitação formal do fornecedor anexado as comprovações de que cita a alínea “a” acima;O órgão gerenciador tem o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento formal da repactuação, para negociar e responder ao fornecedor se defere ou não seu pedido de reajuste. Caso defira o pedido deve proceder até este prazo o seu reajuste. Caso indefere deve apresentar ao fornecedor suas razões;O valor repactuado será aplicado somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitida a repactuação nos itens já liberados e empenhados.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob a pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo de referência e na legislação aplicável.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços, e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa. Na hipótese de comprovação do disposto no item 8 a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado.Na hipótese de redução atualização do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.Do Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados:Do Cancelamento do Registro do Fornecedor (Art. 71, V do Decreto Municipal nº59.677/23)O registro do fornecedor será cancelado pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



justificado; Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável; Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 4.7.8; ou Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Art. 156 da Lei nº 14.133/21. Na hipótese prevista na alínea do item 8, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação. Cancelamento dos preços registrados (Art. 80 do Decreto Municipal nº 59.677/23): O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas: Por razão de interesse público; A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 8. A solicitação do cancelamento da Ata deve se proceder de maneira formal, mediante solicitação por escrito, na qual o requisitante deve explicar as razões pelas quais não tem como manter o preço e as condições pactuados. O cancelamento deve ocorrer somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitido o cancelamento de itens já liberados e empenhados. Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços: Não se aplica por haver somente um órgão participante. Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades não participantes (Art. 87 do Decreto Municipal nº 59.677/23): Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram deste Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador com aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor. A autorização do órgão gerenciador





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Após a autorização do órgão gerenciador, a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata. O prazo previsto no item 8 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 4.10.1 deste Instrumento (Art. 87, § 1º e 2º do Decreto Municipal nº59.677/23): As aquisições ou as contratações adicionais (Carona) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na Ata de Registro de Preços (Art. 86, § 4º da Lei nº14.133/21). O quantitativo decorrente das adesões (Carona) à Ata de Registro de Preços a que se refere o Item 4.5 deste Instrumento não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86º § 5º da Lei nº14.133/21). Da Contratação com Fornecedores Registrados (Decreto Municipal nº59.677/2023): A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão participante por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 95 da Lei nº 14.133/21. Os instrumentos de que trata o item 4.5 serão assinados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços. Da Alteração dos contratos: Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/21. Da Vigência dos Contratos: A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

21. VISITA TÉCNICA

21.1. Não se Aplica.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



22. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

22.1. Não se Aplica.

23. PROVA DE CONCEITO

23.1 Não se Aplica.

24. DO CONSÓRCIO

24.1 Será autorizada a participação desde que atendam aos requisitos do edital.

25. - DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1 Fica vedada a subcontratação. Os concorrentes deverão demonstrar sua capacidade de executar diretamente o fornecimento de todos os itens previstos no contrato, sem a necessidade de recorrer a terceiros para a sua realização.

26. INFORMAÇÕES GERAIS:

26.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos); Decreto de nº 11.317/2022; Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

26.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citados no item 26.1 deste Instrumento e demais normas aplicáveis.

26.3. O presente Termo de Referência foi elaborado por Francielly Gomes Laia Amorim e aprovado por Wagner Wasczuk Borges.

27. DO FORO:

27.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta contratação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 27 de Fevereiro de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945





Prefeitura de
VILHENA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

Secretaria Municipal
de Saúde



Elaborado por:



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
FRANCIELLY GOMES LAIA AMORIM



27/02/2026 12:36:43

<https://vilhena.oxxy.eletoech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=3e0e78df-719f-4c11-a542-65e90534af4e>

Francielly Gomes Laia Amorim

Setor de Convênios SEMUS

Matrícula 15796

De acordo:

Wagner Wasczuk Borges

Secretário Municipal de Saúde

Decreto 60332/23



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
WAGNER WASCZUK BORGES



27/02/2026 12:43:40

<https://vilhena.oxxy.eletoech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=3e0e78df-719f-4c11-a542-65e90534af4e>

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxxy.eletoech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 3e0e78df-719f-4c11-a542-65e90534af4e - Página 30/30



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Estado de Rondônia - CNPJ 21.467.008/0001-32
Rua Geraldo Magela n.º 448 Centro
Vilhena CEP: 76980-060 Fone: (69) 3322-2945